

**Desenvolvimento** Moradores reclamam do descompasso entre ritmo da construção da usina e de obras na cidade

# Belo Monte avança, mas Altamira vive impasse

Daniela Chiaretti e André Borges  
De Altamira e Brasília

Há poucos meses, Altamira era uma cidade de 100 mil habitantes entre o rio Xingu e a Transamazônica, com apenas um semáforo, 17 mil carros e um monte de problemas. Em menos de um ano, ganhou faróis inteligentes, guardas de trânsito e até um helicóptero, mas no pacote também vieram o tráfego caótico de 30 mil veículos, 45 mil novos moradores e outro monte de problemas.

O marco divisório foi a decisão de instalar na região a terceira maior hidrelétrica do mundo, Belo Monte. Na cidade, a vida segue sem saneamento básico, a educação é precária, água limpa é para poucos, o sistema de saúde funciona mal para todos. Enquanto isso, a algumas dezenas de quilômetros dali, o trabalho nos canteiros da usina exhibe avanços bem visíveis. A comparação entre o frenesi de lá e o impasse de cá produz uma queixa consensual na população: há muito descompasso entre o ritmo da construção da usina e a lentidão em atender às demandas urbanas.

Na Prefeitura de Altamira, um cálculo feito sobre o aumento da produção de lixo e a demanda crescente de pacientes no hospital estima que a cidade tem hoje 145 mil habitantes. O poder de atração da hidrelétrica é imenso, e o movimento migratório multiplica problemas históricos da região.

“Fora alguns avanços na engenharia de tráfego e em equipamentos de segurança, não foi feito nada”, diz um representante do município que prefere não se identificar. Ele lista: é preciso fazer 261 quilômetros de rede de esgoto, outro tanto de rede de água, definir os locais onde 7.000 famílias serão realocadas, acelerar a construção de salas de aula, construir unidades básicas de saúde, e tudo com urgência.

“Consequimos, com lentidão, sete ou oito reformas de escolas, quatro unidades básicas de saúde. Mas tudo isso devia ter sido feito cinco anos antes de a obra começar”, reclama. “A primeira atitude que a empresa deveria ter era de fazer um hospital de campanha”, diz.

“Eu não concordo que as duas obras estejam andando em ritmo diferente. Cada uma está em seu ritmo adequado”, rebate João Pimentel, diretor de relações institucionais da Norte Energia, responsável pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte. “O que a população de Altamira provavelmente reclama são demandas históricas.”

Ele lembra a trajetória da cidade centenária, que viveu um ciclo de desenvolvimento nos anos 70, outro com a exploração de madeira (basicamente ilegal e que sofreu com o fechamento de serrarias na Operação Arco de Fogo, em 2008) e todo o resto do tempo no limbo. “A cidade cresceu e durante anos não houve investimentos e políticas públicas”, prossegue Pimentel. “A Norte Energia ficou sendo esperada como se fosse um messias, que salvaria a cidade dos anos de abandono.”

Ao tornar-se o empreendedor de uma obra estimada em mais de R\$ 20 bilhões, a Norte Energia também herdou essa fatura gigante. Assumiu o compromisso de execu-



Área conhecida como sítio Pimental, no rio Xingu, onde ficará o reservatório da hidrelétrica de Belo Monte: cronograma de construção prevê que a primeira unidade geradora comece a operar em 2015

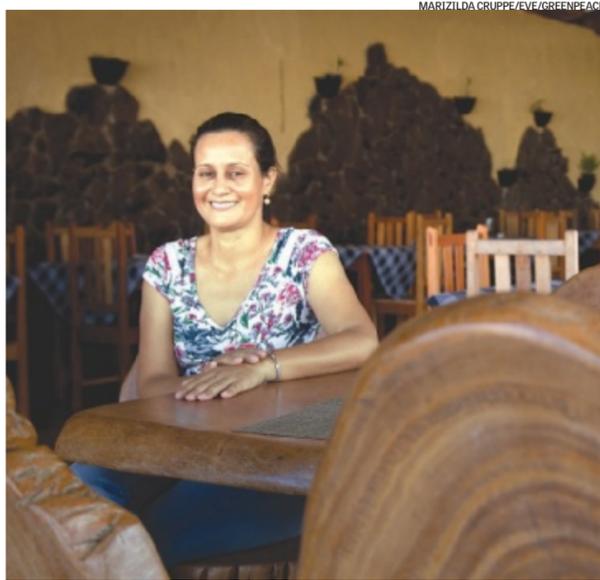
tar um complexo pacote com centenas de obras sociais e ambientais, de prazos, tamanhos e valores diferentes, para mitigar e compensar o impacto de Belo Monte sobre os 11 municípios da região. É aí que estão os problemas.

Há o andamento das condicionantes estipuladas nas várias fases do licenciamento. Existem ações previstas no Plano Básico Ambiental (PBA) para preparar a região para a obra, reduzir danos e construir infraestrutura — a previsão é gastar aí até R\$ 3,3 bilhões. Existe o item das compensações ambientais, que deve ser aplicado em unidades de conservação. E há, ainda, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o PDRS. Este cipoal de necessidades esbarra em dificuldades de todo o gênero. O resultado é que a população se sente frustrada.

“A obra está andando muito bem”, diz Vilmar Soares, coordenador de relações institucionais do Fort Xingu, que reúne 178 empresas, igrejas, movimentos de bairros, sindicatos e associações. “Acho que a obra é boa para uma região que não tinha perspectiva nenhuma. Mas não existe mão de obra disponível, e quando tem, é cara. O restaurante O Caipirão, de Roselane da Luz Nogueira, abriu há dois anos e meio e atende 38 clientes. Hoje, tem 182 lugares.

“Jamais posso falar mal da obra, está sendo ótimo para mim”, diz a dona da única cozinha industrial da cidade, feita para atender à demanda por marmitas do consórcio construtor. Chegou a fornecer 3.800 marmitas por dia. “Mas o lado social é preocupante. Daqui a pouco pode haver um colapso.” Roselane diz que tem plano privadinho de saúde, mas ali não há médicos e outro dia teve que recorrer ao hospital municipal. “Vi o tanto que está difícil para aquela gente humilde, que já é muito sofredora.”

“Sabe quanto está o quilo do feijão aqui?” pergunta Adriano de



Roselane, dona do restaurante "O Caipirão": "Está sendo ótimo para mim"

de serem assaltados na esquina.

Altamira registra um boom de construção civil. Há 1.700 construções ou reformas com alvará. Todos querem aproveitar o movimento que a usina produz na cidade. Mas não existe mão de obra disponível, e quando tem, é cara. O restaurante O Caipirão, de Roselane da Luz Nogueira, abriu há dois anos e meio e atende 38 clientes. Hoje, tem 182 lugares.

“Jamais posso falar mal da obra, está sendo ótimo para mim”, diz a dona da única cozinha industrial da cidade, feita para atender à demanda por marmitas do consórcio construtor. Chegou a fornecer 3.800 marmitas por dia. “Mas o lado social é preocupante. Daqui a pouco pode haver um colapso.” Roselane diz que tem plano privadinho de saúde, mas ali não há médicos e outro dia teve que recorrer ao hospital municipal. “Vi o tanto que está difícil para aquela gente humilde, que já é muito sofredora.”

“Sabe quanto está o quilo do feijão aqui?” pergunta Adriano de

Paula Lima, recepcionista do hotel Augustus. “Quase R\$ 61”, responde. “Não há benefícios na cidade, as coisas só aumentaram” e vai listando o aumento de gastos com a cesta básica e o aluguel. “Agora estão contratando. Mas quando começarem a demitir?”

A sigla CCBM é onipresente em Altamira. Trata-se do Consórcio Construtor Belo Monte, formado por dez das maiores empresas de construção pesada do país, da Andrade Gutierrez à Camargo Corrêa e Odebrecht. O CCBM foi contratado pela Norte Energia para executar as obras da usina, que terá capacidade instalada de 11.200 MW. Já foram contratados 7.000 trabalhadores (a metade de Altamira), logo serão 12.000 e em 2013, no pico das obras, 22.500. Naquele momento, estima-se que o consumo de carne será de 95 toneladas no mês, 65 toneladas de frango e 410 toneladas de cereais. O volume de concreto a ser usado construirá 48 Maracanãs. Por essas cifras é possível imaginar a magnitud-

de do impacto de Belo Monte.

O cronograma de construção prevê a primeira unidade geradora em funcionamento em 2015, e a última, em 2019. Se tudo correr conforme a planilha, o maior feito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terminará no fim da década. Apenas 7% do empreendimento ocorre em Altamira. Na cidade foi instalado o centro de capacitação — que já treinou 2.500 pessoas, de pedreiros a operadores de máquinas. A hidrelétrica ficará em Vitória do Xingu, povoado de 10 mil habitantes e orçamento anual de R\$ 15 milhões. Só com o ISS, seus cofres receberão este ano perto de R\$ 50 milhões.

Há três grandes frentes de obras, o que dá velocidade à construção. Distantes dezenas de quilômetros umas das outras estão o sítio Pimental (onde ficará o reservatório), o sítio Canais e Diques (com o famoso canal de 20 quilômetros de extensão e 500 metros de largura), e o sítio Belo Monte, abrigo da casa de força principal.

A reportagem visitou um dos canteiros, o sítio Canais e Diques. O acesso é pelo travessão 27, antiga trilha que começa na Transamazônica e abria caminho para agricultores entre remanescentes florestais e pastagens. Agora é uma estrada larga, ainda de terra, mas sem buracos e em constante manutenção. No canteiro, há 2.000 pessoas trabalhando, cerca de mil alojadas em grandes tendas brancas. Os alojamentos definitivos estão em construção. O projeto prevê casas em PVC dispostas em uma minicidade, com quadra de lazer, agência bancária, cinema e lojas.

Na obra, a terra que está sendo retirada na escavação do canal é usada na terraplenagem. O canal já está aberto na altura do km 13. São 500 metros entre as margens. É visível impressionante: para quem está na borda e espia à frente, os caminhões e máquinas parecem de brinquedo.

Os avanços em obras urbanas são tímidos. Um comitê gestor do PDRS, que inclui governo e sociedade civil, e está vinculado à Casa Civil da Presidência, se reúne todos os meses para acompanhar o plano. O comitê procura gerir o dinheiro que financia os projetos socioambientais ligados a Belo Monte e acompanhar seu andamento.

Apesar das dificuldades de consenso, o comitê sustenta que tem avançado em algumas obras. Em 2011, foram aprovados 30 projetos para a região, com orçamento de R\$ 28 milhões. Todos estão em execução, informaram em e-mail ao Valor. Estão sendo construídas cinco unidades básicas de saúde e está em curso um projeto de regularização fundiária, por exemplo.

O orçamento total a ser gerenciado pelo comitê é de cerca de R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 500 milhões estariam atrelados à entrega das condicionantes ambientais. A prioridade do comitê para este ano é a definição de um pacote de planos regionais para a saúde, educação, segurança e o desenvolvimento de cadeias produtivas.

Segundo dados de março da Norte Energia, os investimentos nos 11 municípios atingidos por Belo Monte alcançaram R\$ 165 milhões em áreas sociais e ambientais, o que é parte das condicionantes. “O que está havendo é a combinação de dois elementos”, diz Pimentel, da Norte Energia. “De um lado, a enorme demanda da cidade e a ansiedade que a empresa resolve coisas que hoje eles não têm”, diz. “Do outro, a falta de capacitação das prefeituras na execução das obras.”

Pimentel diz que há um cronograma para as obras e a intenção de privilegiar empresas locais, o que às vezes é complicado. Ele garante que há muito em andamento. Cita, por exemplo, o plano de combate à malária — um investimento de R\$ 37 milhões, para serem gastos em seis anos.

## Desmatamento ainda “não fugiu do controle”, diz pesquisador

De Altamira e Brasília

Um sobrevoo pelos três canteiros de obras de Belo Monte exhibe a abertura de clareiras, alojamentos de funcionários, caminhões e máquinas posicionadas e uma grande língua de terra avançando pelo Xingu. Trata-se da base do paredão que irá formar o reservatório no sítio Pimental. Nas margens do rio há muitos remanescentes florestais, mas também muitas pastagens e terras que já não têm mata alguma há muito tempo.

“No primeiro momento, o desmatamento não disparou em Altamira, na área do entorno de Belo Monte. Ainda não”, analisa Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Imazon, instituto de refe-

rência em estudos sobre a Amazônia. “Embora tenha aumentado, não se pode dizer que o desmatamento seja explosivo, nem que fugiu do controle”, continua. “Mas eu diria que é cedo. As pessoas não estão chegando lá para desmatar, mas para trabalhar na obra.”

Veríssimo lembra que a análise do que ocorre em Rondônia, com as usinas do Madeira, é diferente. “Lá não há outra explicação além do efeito da hidrelétrica”, continua. Ele argumenta que os processos de desmatamento não acontecem tão rápidos, e que o governo conhece a vacina — mecanismo de controle e criação de unidades de conservação. “Na região de Altamira, temo pelo pior, pelo aumento dos conflitos sociais e pelo

desmatamento, mas torço para que não aconteça”, continua. “O governo sabe o que tem que fazer.”

No Plano Básico Ambiental (PBA), a Norte Energia sugeriu a criação de duas unidades de conservação como compensação ambiental, explica Valéria Saracura, superintendente de projetos dos meios físico e biótico da empresa. “A ideia é preservar o máximo possível e ter ambientes iguais aos que serão perdidos”, diz. Uma das áreas, contudo, foi solicitada pela Funai para a criação de terra indígena. A empresa está concluindo os estudos para apresentar uma área alternativa, informa.

“É uma obra de grande impacto direto, que já está a todo vapor e represando o rio, mesmo sem

que todos esses impactos estejam resolvidos”, observou Marcio Astrini, da campanha Amazônia, do Greenpeace, no sobrevoo que a reportagem acompanhou. “Pode até se ter mexido no projeto de engenharia, mas a concepção de Belo Monte é de 20 anos atrás. Por isso gera tantos questionamentos”, diz. “Será que Belo Monte vai acabar só nessa usina, só nessa intervenção?”, questiona.

Em fevereiro, o Ibama multou o consórcio em R\$ 7 milhões por não cumprir o cronograma de implementação do PBA da obra. A decisão se baseou em relatório de dezembro de 2011, quando os técnicos do instituto constataram atraso em nove condicionantes da usina. A Norte Energia

apresentou defesa administrativa e o processo segue em análise.

“A opção energética que diz que, se não se tem hidrelétrica, então só pode ser térmica, não é verdadeira”, diz Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace, questionando o argumento do governo sobre a necessidade de aproveitar o potencial dos rios da Amazônia. “Não é uma opção binária. É um negócio múltiplo.” Baitelo lembra que o conceito moderno de “smartgrid”, que apenas começa a ser discutido no Brasil, sugere que se gerencie melhor a demanda e o equilíbrio dos diferentes tipos de energia.

Segundo o Ibama, o controle do desmatamento necessário para a

execução da obra de Belo Monte (rotas de acesso e canteiros) tem respeitado as regras do Código Florestal, envolvendo a fiscalização de pátios de estoque e transporte do material retirado. Apesar de todo o desmatamento na construção da usina, o Ibama garante que haverá um aumento de reserva ambiental na região.

“Com a formação do reservatório, o Ibama exigiu a recuperação e preservação de uma faixa média de Área de Preservação Permanente de 500 metros de largura, ao passo que a anterior seria de 300 metros ao longo das margens do rio Xingu, já bastante antropizado em sua margem esquerda”, informou o instituto, por e-mail. (DC e AB)